

A POBREZA INFANTIL EM PORTUGAL, 1980/1981-1989/1990

Leonor Vasconcelos Ferreira ()*

1 — Introdução

A situação de bem-estar das crianças não pode deixar de ser analisada no âmbito das condições de vida das suas famílias. A privação que afecta as crianças decorre do empobrecimento das respectivas famílias, que se traduz em diferentes dimensões, desde a precaridade de recursos económicos e a decorrente incapacidade de prover à satisfação das necessidades básicas e garantir um nível de vida aceitável, às carências cumulativas nos domínios da saúde, da habitação, da educação e cultura, que se manifestam, por seu turno, como sérios factores de risco na reprodução social da pobreza.

Com efeito, a análise da pobreza, no que é específico à pobreza infantil, revela o peso da herança das carências vividas pelas famílias sobre o futuro das suas crianças (1). Ainda antes do nascimento, as condições dos pais quanto à saúde, nutrição, informação e educação para a família, nomeadamente no que respeita ao planeamento familiar, influem na qualidade de vida futura da criança. Após o seu nascimento, o acesso a cuidados de saúde, a qualidade da alimentação, a higiene e salubridade da habitação, os estímulos ao desenvolvimento psico-social, são determinantes no seu crescimento saudável e preparação para a vida adulta.

É nos principais domínios de vulnerabilidade das famílias empobrecidas que se encontram as raízes dos mecanismos de transmissão intergeracional da pobreza. As condições de saúde são influenciadas por factores de ordem socio-económica, a saber, uma alimentação adequada, o acesso a cuidados de saúde preventivos e curativos, a salubridade e conforto da habitação e do meio envolvente. As famílias de mais fracos recursos económicos estão, em geral, mais expostas a deficientes padrões nutricionais, a um mais limitado acesso a cuidados de saúde, a condições ambientais deficientes, quer em termos de insuficientes infra-estruturas básicas, dimensão, qualidade, conforto e equipamento da habitação, quer em qualidade e agressividade do meio circundante.

O nível de educação, que constitui um elemento fundamental na preparação dos jovens para uma inserção plena na vida social e na qualificação profissional, é condicionado fortemente, quer pelos factores anteriormente expostos, que influem desde logo nas condições físicas das crianças, quer por outros condicionantes que vulnerabilizam adicionalmente as crianças de famílias pobres. Os fenómenos de insucesso escolar e abandono escolar precoce encon-

(*) Docente do ISEG. A autora agradece a disponibilização dos dados dos inquéritos aos orçamentos familiares por parte do INE e o estímulo e comentários críticos da Professora Manuela Silva à elaboração deste artigo, inserido no projecto de doutoramento em curso.

(1) Para um maior desenvolvimento v. Silva (1991), em especial capítulo 2, e Almeida *et al* (1992), capítulo 3.

tram probabilidade agravada em crianças vítimas de má alimentação, saúde precária, com falta de espaço e de um mínimo de conforto para estudar. O abandono escolar e a inserção precoce no mercado de trabalho são também condicionados pela pressão familiar no sentido de prover a um complemento dos baixos rendimentos familiares, afectando as crianças por vezes antes do cumprimento integral da escolaridade obrigatória ou da idade mínima estipulada por lei.

Outros factores de ordem sócio-cultural que afectam as famílias pobres são susceptíveis de produzir também influências negativas sobre o percurso escolar dos jovens. A falta de motivação e as baixas expectativas sobre a importância da formação escolar resultam, por vezes, do baixo nível de instrução dos pais e de um ambiente familiar onde se não valorizam as actividades culturais, antes se atribuem desde cedo às crianças pesadas tarefas domésticas, ou se incentiva uma inserção rápida na vida activa, através do aprendizado ou de empregos não qualificados. Esta mentalidade, que privilegia o trabalho em desfavor da educação formal para os mais jovens, propicia algum aumento dos recursos económicos familiares no presente, mas hipoteca um futuro mais preparado para os jovens.

2 — Nível e perfil da pobreza infantil

As opções metodológicas seguidas enquadram-se nos parâmetros definidos no primeiro estudo em Portugal sobre pobreza infantil, produzido para a UNICEF (Silva, 1991), em que o presente trabalho se inspira e que pretende actualizar com a informação incluída nos dois últimos inquéritos aos orçamentos familiares realizados pelo INE.

A análise desenvolvida neste trabalho baseia-se na informação disponível nos orçamentos familiares de 1980-1981 e 1989-1990, e, desta feita, incide sobretudo na pobreza económica, definida como insuficiência de recursos, que se relaciona ainda com indicadores directos de condições de vida e privação que é possível recolher nestas mesmas estatísticas.

A população que constitui principal objecto de estudo, a população infantil, é a população com idade inferior a 18 anos, que corresponde também à idade em que, no nosso País, se atinge a maioridade e se adquirem em plenitude os direitos de cidadania. O âmbito geográfico coberto é o Continente, uma vez que se não dispunha de dados completos referentes aos territórios insulares.

A linha de pobreza é fixada em 50 % da despesa média por adulto equivalente, utilizando-se a escala de equivalência da OCDE.

A adopção de um limiar de pobreza definido como uma dada proporção dos recursos médios da sociedade em análise é um procedimento expedito, ainda que pouco rigoroso, na definição do nível de recursos adequado à superação da situação de pobreza. Contudo, dada a prevalência de semelhante procedimento a nível de instituições internacionais, e no âmbito do projecto da UNICEF em particular, é aconselhável optar por critérios uniformizados para que se possa proceder a comparações, ainda que com perda de um maior rigor analítico.

Analisem-se, primeiramente, os valores correspondentes a diversas alternativas possíveis para a definição do limiar de pobreza enquanto proporção das despesas dos agregados familiares avaliadas em termos *per capita* ou em termos equivalentes através da escala da OCDE.

QUADRO N.º 1
 Limiares de pobreza, 1980-1981 e 1989-1990

(Em contos, a preços de 1990)

Critério	Despesa <i>per capita</i>		Despesa por adulto equivalente (OCDE)	
	1980-1981	1989-1990	1980-1981	1989-1990
a) 40 % da média	158	171	201	214
b) 50 % da média	198	213	252	268
c) 40 % da mediana.....	121	135	154	172
d) 50 % da mediana	151	169	193	215

Fonte: Cálculo a partir dos dados microeconómicos dos orçamentos familiares.

O limiar adoptado de 50 % da média da despesa equivalente [critério *b*)] corresponde, em termos de adequação mínima de recursos, a um nível relativamente modesto, já que atinge, por mês e por adulto equivalente, um valor que é apenas cerca de 46 % do salário mínimo nacional para os sectores não agrícolas vigente em 1981, e 64 % do que vigorava em 1990, respectivamente. Costa (1993) propôs como linha de pobreza para Portugal, segundo uma metodologia assente na estimação do custo mínimo da despesa alimentar e do coeficiente de Engel, valores próximos dos agora adoptados, na ordem dos 250 e 340 contos ano por adulto equivalente (a preços de 1990), referidos ao meio rural e meio urbano, respectivamente ⁽²⁾.

Assim, o procedimento simplificado de uma linha de pobreza de 50 % da despesa média equivalente conduz, no caso português e nos anos em análise, a um nível muito exíguo de recursos, e os eventuais «erros» na estimação da incidência da pobreza serão erros por defeito, deixando de classificar na situação de pobreza famílias e crianças que se encontram em situações de manifesta insuficiência de recursos monetários.

Para o critério adoptado, a linha de pobreza verifica uma apreciação em termos reais da ordem dos 6,3 %. Sem entrar numa discussão mais aprofundada da questão, e uma vez que esta alteração decorre directamente do modo de definição do limiar de pobreza, quer apenas recordar-se que ao longo do tempo, a evolução das condições gerais de vida e dos níveis e perfis de consumo correntes na sociedade justificam que sejam necessários ajustamentos em ter-

⁽²⁾ Os valores exactos são, em contos ano por adulto equivalente e a preços constantes de 1990, de 252 e 345 em 1980, e 253 e 341 em 1989, em meio rural e meio urbano, respectivamente (Costa, 1993, 125-126).

mos reais do que se entende por mínimo adequado a uma vida sem privação na sociedade ⁽³⁾.

No quadro n.º 2 apresenta-se a incidência da pobreza estimada para o total de famílias, indivíduos e crianças, e, articulando estes resultados com o total da população recenseada, o volume total de população em situação de pobreza.

QUADRO N.º 2
Incidência da pobreza, 1980-1981 e 1989-1990

	1980-1981		1989-1990	
	Milhares	Porcentagem	Milhares	Porcentagem
Famílias	711	25,4	670	22,2
Indivíduos	2467	26,6	1983	21,2
Crianças	855	30,1	482	20,7

Fonte: Cálculo da incidência relativa (percentagem) a partir dos dados microeconómicos dos orçamentos familiares e expansão pelos valores dos recenseamentos. O total de menores em 1981 envolve a estimativa dos indivíduos de 15-17 anos como 60 % dos indivíduos do grupo etário 15-19 anos.

Apesar do limiar de pobreza ser relativamente modesto, é elevada a incidência da pobreza registada em 1989-1990, e, conseqüentemente, é de ordem bastante elevada o total de famílias e de indivíduos em situação de manifesta insuficiência de recursos económicos. Extrapolando com base nos totais de população registados no Recenseamento de 1991, a pobreza atingirá quase 670 000 famílias e perto de dois milhões de indivíduos, dos quais cerca de 482 000 crianças.

A comparação dos resultados obtidos para 1980-1981 e 1989-1990 faz realçar uma diminuição da incidência da pobreza, quer no total das famílias como no dos indivíduos e das crianças. A redução é mais acentuada no que respeita à incidência na população infantil (que passou de 30,1 % para 20,7 %), decorrente do efeito conjugado da diminuição da incidência nas famílias (que decresceu de 25,4 % para 22,2 %), e do decréscimo verificado no número de menores nas famílias de mais fracos recursos.

A evolução demográfica captada nos inquéritos aos orçamentos familiares (e corroborada pelos elementos dos recenseamentos gerais da população realizados em anos próximos daqueles inquéritos), que está implícita na evolução da incidência da pobreza na população infantil atrás citada, tem outras implicações ao nível da estrutura etária e da tipologia familiar da população pobre.

⁽³⁾ Nos termos enunciados por Amartya Sen (1983), as necessidades básicas, que são absolutas no espaço das capacidades, têm definição relativa e evolutiva no espaço dos bens que lhes dão satisfação, o que naturalmente acarreta a revisão dos parâmetros monetários em que se expressam.

No quadro n.º 3 apresentam-se elementos relativos à dimensão média das famílias, à proporção de menores na população e ao número médio de menores no total das famílias.

QUADRO N.º 3

Dimensão média das famílias e número de crianças, 1980-1981 e 1989-1990

Ano	Dimensão média da família	Número de crianças por família			População jovem na população total (percentagem)
		Total	Famílias pobres	Famílias não pobres	
1980-1981	3,33	1,01	1,19	0,95	30,3
1889-1990	3,07	0,78	0,73	0,79	25,3

Fonte: Cálculo a partir dos dados microeconómicos dos orçamentos familiares.

Verifica-se globalmente uma diminuição da dimensão média da família e da proporção da população jovem na população total. Como tinha sido já inferido, o número médio de crianças reduziu-se significativamente nas famílias pobres, mais ainda que no total das famílias. Em consequência, reduziu-se o peso da população jovem na população pobre total, tal como se pode verificar no quadro n.º 4, que apresenta a estrutura etária da população pobre.

QUADRO N.º 4

Estrutura etária da população pobre, 1980-1981 e 1989-1990

Estrato etário	Estrutura da população pobre (percentagem)	
	1980-1981	1989-1990
0-6 anos	10,9	6,9
7-10 anos	7,9	5,2
11-14 anos	9,3	7,2
15-17 anos	6,2	5,5
Total de crianças	34,3	24,8
Adultos	65,7	75,2

Fonte: Cálculo a partir dos dados microeconómicos dos orçamentos familiares.

Como se pode observar, a diminuição da população jovem, quer na população total (quadro n.º 3), quer na população pobre (quadro n.º 4), foi significativa de 1980-1981 para 1989-1990. A discriminação da população infantil por classes etárias revela, adicionalmente, uma redução mais substancial das quotas dos estratos etários mais jovens na população pobre.

Continuando a relacionar os resultados sobre a caracterização dos agregados familiares em situação de pobreza apurados nos orçamentos familiares com os apuramentos efectuados nos recenseamentos, é possível fazer exercícios de qualificação dos perfis das famílias com menores afectadas pela insuficiência de recursos económicos.

Os quadros n.ºs 5 e 6 apresentam as estimativas da incidência da pobreza infantil por tipos de famílias quanto à configuração familiar e número de crianças presentes no agregado familiar, em 1980-1981 e 1989-1990, respectivamente.

QUADRO N.º 5

Incidência da pobreza infantil por tipos de famílias, 1980-1981

Tipo de família	Total de famílias		Total de crianças		Total de crianças pobres		Total de crianças não pobres	
	Milhares	Porcentagem	Milhares	Porcentagem	Milhares	Porcentagem	Milhares	Porcentagem
Famílias com uma única criança	621	22,2	626	22,0	109	4	518	18,2
Monoparentais	25	0,9	25	0,9	7	0,2	18	0,6
Casal com um filho....	596	21,3	602	21,2	102	3,6	500	17,6
Outras								
Famílias com mais de uma criança	809	28,9	2 217	78,0	746	26,2	1 471	51,7
Famílias sem crianças	1 368	48,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<i>Total de famílias</i>	2 798	100,0	2 844	100,0	855	30,1	1 989	69,9

Fonte: Cálculo das estruturas da população e da incidência relativa da pobreza a partir dos dados microeconómicos do IRDF80/81 e expansão para valores absolutos pelo resultado do Censo de 1981. Verifica-se uma ligeira discrepância nas populações totais de famílias e de crianças, dado que o rácio crianças por família é de 1,016 42 no Censo contra 1,089 56 no IRDF.

QUADRO N.º 6

Incidência da pobreza infantil por tipos de famílias, 1989-1990

Tipo de família	Total de famílias		Total de crianças		Total de crianças pobres		Total de crianças não pobres	
	Milhares	Porcentagem	Milhares	Porcentagem	Milhares	Porcentagem	Milhares	Porcentagem
Famílias com uma única criança	685	22,7	679	29,1	98	4,0	580	24,9
Monoparentais	30	1,0	29	1,2	3	0,1	26	1,1
Casal com um filho....	287	9,5	284	12,2	29	1,2	255	11,0
Outras	368	12,2	366	15,7	66	2,8	299	12,8
Famílias com mais de uma criança	700	23,2	1 652	70,9	384	16,5	1 268	54,4
Famílias sem crianças	1 632	54,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<i>Total de famílias</i>	3 016	100,0	2 331	100,0	482	20,7	1 849	79,3

Fonte: Cálculo das estruturas da população e da incidência relativa da pobreza a partir dos dados microeconómicos do IOF89/90 e expansão para valores absolutos pelo resultado do Censo de 1991. Verifica-se uma ligeira discrepância nas populações totais de famílias e de crianças, dado que o rácio crianças por família é de 0,772 82 no Censo contra 0,778 63 no IOF.

As modificações em termos de estrutura revelam uma diminuição relativa das famílias com mais de uma criança (de 28,9 % para 23,2 % do total das famílias) e um crescimento relativo das famílias monoparentais com uma única criança (de 0,9 % para 1,2 %) (4). Tendo diminuído o número total de crianças na população, e o total estimado para cada tipo de família, a maioria das crianças pobres continua a encontrar-se nas famílias com mais que uma criança (87,3 % do total das crianças pobres em 1980-1981 e 79,6 % em 1989-1990), embora a composição da população infantil pobre tenha visto reforçar-se a quota parte de crianças em famílias não monoparentais com uma só criança (que passou de 11,9 % para 19,7 %, naquele mesmo período).

O quadro n.º 7 apresenta o risco de pobreza infantil, por tipo de família, avaliado como a probabilidade de uma criança se encontrar em situação de pobreza dado que pertence a cada um dos tipos familiares anteriormente definidos.

QUADRO N.º 7

Risco de pobreza infantil por tipos de famílias, 1980-1981 e 1989-1990

Tipo de família	1980-1981	1989-1990
Famílias com uma única criança	17,4	14,4
Monoparentais	28,0	10,3
Casal com um filho	16,9	10,2
Outras		18,0
Famílias com mais de uma criança	33,6	23,2

Fonte: Cálculo a partir dos dados microeconómicos dos orçamentos familiares.

Verifica-se que este risco continua a ser mais elevado para as famílias com duas ou mais crianças. Este mesmo risco reduziu-se em famílias de uma única criança vivendo com um ou ambos os progenitores, e agravou-se nos outros tipos de famílias com uma única criança (criança com avós ou outros parentes e famílias com mais de um núcleo).

3 — Outros indicadores sobre as condições de vida

Do conjunto de indicadores directos das condições de vida disponíveis nos orçamentos familiares e que se associam às condições de privação vividas pelas famílias, analisam-se em primeiro lugar os referentes à estrutura da despesa e às condições da habitação.

(4) A percentagem de famílias com um único adulto com crianças (filhos ou não) também cresceu entre 1980-1981 e 1989-1990, de 2,8 % para 3 % do total das famílias inquiridas nos orçamentos familiares.

Nos quadros n.ºs 8 e 9 apresenta-se o conjunto de indicadores seleccionado, respectivamente para 1980-1981 e 1989-1990, destacando o seu valor para o total da população e para os agregados familiares pobres e não pobres, definidos em função dos recursos monetários de que dispõem serem ou não inferiores à linha de pobreza definida, discriminando igualmente entre meio rural e meio urbano, já que as situações prevalentes nestes meios é significativamente diferenciada.

QUADRO N.º 8

Indicadores da estrutura da despesa e conforto das famílias, 1980-1981

Indicadores (percentagem)	Total	Pobres		Não pobres	
		Urbanos	Rurais	Urbanos	Rurais
Despesas com alimentação	50,2	63,3	65,7	41,3	49,1
Despesas com saúde	2,9	2,5	2,6	3,0	3,1
Despesas com educação e cultura	2,6	1,4	1,1	3,8	2,4
Casas sem:					
Electricidade	8,9	4,5	21,8	1,0	9,1
Água	30,5	10,9	57,6	3,0	29,0
Casa de banho	44,0	33,7	74,7	11,3	40,0
Esgotos	*	*	*	*	*
Cozinha	*	*	*	*	*
Telefone	*	*	*	*	*
Frigorífico	*	*	*	*	*
Rádio	*	*	*	*	*
TV	32,9	19,6	57,9	9,9	29,4
Máquina de lavar roupa	70,6	67,2	95,4	33,6	71,5

Fonte: Cálculo a partir dos dados microeconómicos dos orçamentos familiares. Os indicadores sobre condições da habitação e equipamentos domésticos são os citados em Silva (1991, 6), uma vez que a base de dados disponível não inclui estes elementos.

QUADRO N.º 9

Indicadores da estrutura da despesa e condições de vida das famílias, 1989-1990

Indicadores (percentagem)	Total	Pobres		Não pobres	
		Urbanos	Rurais	Urbanos	Rurais
Despesas com alimentação	41,3	54,1	57,4	34,5	39,3
Despesas com saúde	3,4	3,2	2,6	3,6	3,5
Despesas com educação e cultura	2,9	2,0	1,8	3,9	2,6
Casas sem:					
Electricidade	2,3	3,6	9,2	0,3	1,3
Água	11,1	14,7	31,1	3,5	10,3
Casa de banho	9,9	13,2	31,5	2,3	8,4

Indicadores (percentagem)	Total	Pobres		Não pobres	
		Urbanos	Rurais	Urbanos	Rurais
Esgotos	11,2	14,1	33,2	2,7	10,7
Cozinha	0,6	1,1	2,2	0,2	0,4
Telefone	58,5	71,2	92,4	34,0	66,6
Frigorífico	11,0	17,5	32,4	2,8	9,5
Rádio	15,4	24,1	31,1	9,6	13,4
TV	11,5	15,5	32,7	4,2	9,9
Máquina de lavar roupa	46,9	63,3	85,5	23,8	51,2

Fonte: Cálculo a partir dos dados microeconómicos dos orçamentos familiares.

Em relação à estrutura da despesa verifica-se um peso muito elevado da despesa alimentar na despesa total, o que é típico de sociedades com um fraco nível de desenvolvimento económico. A evolução verificada durante a década foi contudo no sentido de diminuir aquele rácio, embora para as famílias pobres a despesa com a alimentação ainda constitua mais de metade da despesa total. A diferença entre o peso da despesa alimentar é muito acentuada entre pobres e não pobres, e, dentro de cada uma destas categorias, entre famílias rurais e famílias urbanas. Este indicador continua a revelar uma situação económica muito desfavorável para as famílias pobres, e para o meio rural em particular.

Quanto às despesas com educação e cultura, prefigura-se, quer para a evolução geral quer para cada uma das situações e meios individualizados, uma evolução e relação de ordem inversa, já que se tratará aqui de um indicador positivo de desenvolvimento, e, portanto, com associação inversa com as condições de pobreza. Atingindo valores ainda relativamente baixos no final da década, quer para o total das famílias (2,9 % da despesa total), quer para as famílias não pobres (variando entre 2,6 % e 3,9 %), este tipo de despesa constituiu uma parcela ainda mais reduzida da despesa total das famílias pobres (não chegando sequer aos 2 %).

Em relação às despesas de saúde, a comparação entre as situações verificadas para famílias pobres e não pobres revela que as famílias pobres dispõem significativamente menos em termos relativos, o que, na hipótese de que não serão menos afectadas por problemas de doença, pode indicar uma excessiva contenção neste tipo de gastos e, conseqüentemente, com os cuidados de saúde ⁽⁵⁾.

No domínio das infra-estruturas básicas da habitação, cuja carência é em si mesma um elemento de pobreza, verificou-se ao longo da década um acentuado progresso, embora se verifiquem ainda deficiências avultadas, nomeada-

⁽⁵⁾ A propósito v. Pereira e Giraldes (1991) sobre a contração em 40 % dos gastos privados em medicamentos por parte das famílias mais carenciadas, entre 1980 e 1985, período em que se verificou um decréscimo de 10 % na comparticipação pública, o que leva a supor que as famílias de mais baixos recursos são susceptíveis de deixar de poder suportar os gastos inerentes aos tratamentos que lhes são prescritos.

mente nas redes de abastecimento de água e de recolha de esgotos. Nestas infra-estruturas a situação é, em média e para cada uma das categorias de famílias, mais deficitária em meio rural que em meio urbano, registando-se ainda valores muito elevados, da ordem dos 10 % de não cobertura, para as famílias classificadas como não pobres em meio rural. Também quanto à existência de casa de banho, uma amenidade perfeitamente imprescindível, é ainda elevada a proporção de habitações que dela carecem (cerca de 10 % no total), atingindo quase um terço das habitações das famílias pobres em meio rural.

Em relação aos equipamentos domésticos básicos, as estatísticas revelam igualmente um progresso ao longo da década, e uma nítida diferenciação entre famílias pobres e não pobres. Também se continuam a verificar condições especialmente deficitárias para o meio rural. Os valores ainda elevados das habitações que não dispõem do conjunto de equipamentos seleccionados (que constituem os equipamentos mais difundidos na sociedade portuguesa e que correspondem às expectativas de um *standard* de conforto mínimo das famílias), traduzem perfis de carência ainda muito significativos. O equipamento com menor penetração é o telefone (não disponível para quase 59 % das famílias inquiridas), que constitui nas sociedades modernas um meio de comunicação essencial, e que, face ao enfraquecimento das redes de convivência e solidariedade locais, poderá em si constituir um veículo de minimização do isolamento social.

As condições de carência nos domínios das infra-estruturas e equipamentos básicos anteriormente referidos constituem, elas mesmas, facetas de privação e pobreza nas condições materiais de vida. Com o objectivo de estimar a incidência destas carências no conjunto da população infantil, procedeu-se à avaliação da população afectada em cada um desses domínios em 1989-1990, e que se apresenta no quadro n.º 10.

QUADRO N.º 10

Características da população em situações de privação, 1989-1990

Indicador	Porcentagem de indivíduos	Porcentagem de crianças	Porcentagem de crianças na população carenciada
Despesa inferior ao limiar de pobreza	16,9	18,1	27,1
Residência em casa sem:			
Electricidade	1,6	1,2	17,5
Água	10,3	10,0	24,7
Casa de banho	8,0	6,4	20,3
Esgotos	9,9	8,6	22,1
Cozinha	0,4	0,3	19,2
Telefone	56,9	58,4	26,0
Frigorífico	9,2	8,2	22,6
Rádio	12,2	9,5	19,7
TV	8,4	5,8	17,4
Máquina de lavar roupa	42,7	37,3	22,1

Fonte: Cálculo a partir dos dados microeconómicos dos orçamentos familiares.

A caracterização da população em situação de privação revela uma maior incidência no que se refere à insuficiência de recursos monetários (que definiu a pobreza monetária) do que no que se refere às condições de conforto da habitação, embora, como se conclui dos quadros anteriores, carências nestas outras dimensões tendem a manifestar-se cumulativamente e com maior probabilidade para as famílias de mais baixos recursos. Como se frisou anteriormente, quer a capacidade em termos de recursos monetários de aceder a um nível de consumo consistente com a satisfação das necessidades do agregado, e das crianças em particular, quer o acesso a uma habitação minimamente salubre e estruturada, são de importância decisiva no desenvolvimento harmonioso dos jovens.

Tal como se aduziu no início deste trabalho, a situação económica das famílias tem consequências de vulto sobre a formação escolar dos jovens e a sua entrada, mais precoce ou mais adiada, no mercado de trabalho. Por seu turno, da preparação escolar e do nível de qualificação dependerá em grande medida o grau de sucesso da inserção futura do jovem no mercado de trabalho, em particular do estatuto profissional e remuneratório, e, uma vez que os rendimentos do trabalho são a principal fonte de rendimento das famílias, da sua própria situação face à pobreza monetária no início da sua vida adulta ⁽⁶⁾.

Os quadros n.ºs 11 e 12 apuram a estrutura ocupacional das crianças, por grupo etário, para os anos de 1980-1981 e 1989-1990, respectivamente.

QUADRO N.º 11

Situação das crianças face ao trabalho, 1980-1981

Escala etária	Total			Pobres			Não pobres		
	0-10	11-14	15-17	0-10	11-14	15-17	0-10	11-14	15-17
Ocupação (percentagem):									
Estudante (ou pré-escolar)	100,0	53,8	37,9	100,0	43,7	14,2	99,9	58,9	47,6
Trabalhador	0,0	8,3	39,1	0,0	13,8	55,8	0,0	5,5	32,2
Desempregado	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	1,1	0,0	0,0	0,7
Dona de casa	0,0	5,5	9,7	0,0	8,5	13,5	0,0	4,0	8,2
Inactivo	0,0	32,4	12,5	0,0	34,0	15,4	0,1	31,6	11,3
<i>Total</i>	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Cálculo a partir dos dados microeconómicos dos orçamentos familiares.

⁽⁶⁾ A vulnerabilidade das famílias à pobreza tem forte associação com o nível de instrução do seu representante, verificando-se uma incidência muito elevada para níveis de escolaridade iguais ou inferiores à escolaridade básica (v. Ferreira, 1992). A própria evolução do mercado de trabalho tem também reforçado uma maior exigência quanto aos níveis de qualificação susceptíveis de proporcionarem uma integração estável no sistema de emprego.

QUADRO N.º 12

Situação das crianças face ao trabalho, 1989-1990

Escalaio etário	Total			Pobres			Não pobres		
	0-10	11-14	15-17	0-10	11-14	15-17	0-10	11-14	15-17
Ocupação (percentagem):									
Estudante (ou pré-escolar)	100,0	87,1	58,0	100,0	76,5	35,1	100,0	90,3	62,8
Trabalhador	0,0	5,4	32,2	0,0	10,7	40,4	0,0	3,8	28,9
Desempregado	0,0	3,2	4,8	0,0	5,3	15,8	0,0	2,6	4,6
Dona de casa	0,0	2,6	2,8	0,0	5,1	6,4	0,0	1,8	1,7
Inactivo	0,0	1,7	2,2	0,0	2,4	2,3	0,0	1,5	2,0
<i>Total</i>	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Cálculo a partir dos dados microeconómicos dos orçamentos familiares.

Para as famílias pobres, a situação de abandono escolar e integração precoce na vida activa dos jovens tem uma incidência muito mais elevada do que para as famílias não pobres, mas é ainda para estas um fenómeno significativo, o que decorre, muito provavelmente, de se ter fixado uma linha de pobreza relativamente baixa. A presença na vida activa atinge, em 1989-1990, 16 % do total dos jovens no escalaio etário dos 11 anos aos 14 anos (o que é extraordinário, se se atender que a idade legal mínima era, na altura, precisamente de 14 anos, e representa, certamente, a declaração de trabalho infantil), e mais de 55 % no escalaio etário dos 15 anos aos 17 anos, para os jovens das famílias pobres, contra cerca de 6 % e 33 %, respectivamente, para os jovens das famílias não pobres. Estas percentagens não sofreram grandes alterações em relação às determinadas em 1980-1981, o que revela pequena melhoria ao longo da década. De salientar que, entre 1980-1981 e 1989-1990, aumentou a situação declarada de desemprego entre os jovens.

Também em relação à atribuição de tarefas na esfera doméstica, se diferenciam as situações das crianças das famílias pobres e das famílias não pobres, com maior incidência da ocupação «dona de casa» para as primeiras (11 % contra 3,5 % em 1989-1990) tendo-se verificado, para ambos os grupos, uma significativa redução destas percentagens ao longo da década.

4 — Conclusão

A construção e comparação de indicadores monetários e não monetários associados às situações de pobreza permitiram caracterizar as situações de privação vividas pela população infantil, no início e final da década de 80.

Adoptando o critério de definição de linha de pobreza correspondente a metade da despesa média equivalente, verificou-se uma redução acentuada da incidência da pobreza infantil, decorrente da conjugação de uma menor inci-

dência deste fenómeno no universo das famílias e de uma evolução demográfica caracterizada pelo decréscimo da natalidade e a redução em volume da população juvenil. Contudo, no começo dos anos 90, a pobreza ainda atinge uma em cada cinco crianças.

Ao nível das condições materiais de vida, constatou-se um progresso significativo ao longo da década no que respeita à dotação das infra-estruturas básicas da habitação, se bem que se verifiquem ainda carências evidentes para as famílias com menores recursos económicos, e para as localizadas em meio rural em particular. Também ao nível dos equipamentos domésticos as famílias conseguiram, durante a década em análise, aceder a melhores condições. O conjunto de índices de cobertura analisados, e que se reportam a um padrão mínimo de conforto, revelaram, no entanto, que muitas famílias portuguesas, e crianças em particular, vivem ainda privadas de condições elementares de salubridade e conforto.

A situação face ao estudo e ao trabalho revela indícios de abandono escolar e integração precoce na vida activa muito frequentes para as crianças das famílias pobres, o que constitui um factor preocupante de reprodução social da pobreza.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. F., *et al* (1992), *Exclusão Social — Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Celta Editora.
- ATKINSON, A. B. (1987), «On the Measurement of Poverty», *Econometrica*, vol. 55, n.º 4.
- COSTA, A. B. (1993), *The Paradox of Poverty, Portugal 1980-1989*, PhD Thesis, University of Bath.
- COSTA, A. B., *et al* (1985), *A Pobreza em Portugal*, Edição Caritas.
- DREWNOWSKY, D. (1976), *The Definition and Measurement of Poverty*, Institute of Social Studies, The Hague.
- FERREIRA, L. V. (1992), «A Pobreza em Portugal — Variação e decomposição de medidas de pobreza a partir dos orçamentos familiares de 1980-1981 e 1989-1990», *Estudos de Economia*, vol. xii, n.º 4.
- PEREIRA e GIRALDES (eds.) (1991), *Despesa Pública em Cuidados de Saúde. Quem Beneficia e Porquê*, IDS.
- SEN, A. (1983), «Poor, relatively speaking», *Oxford Economic Papers*, vol. 35, n.º 2.
- SILVA, M. (1991), *A Pobreza Infantil em Portugal*, edição UNICEF.

(Versão entregue em Janeiro de 1995)